

A Psicologia tem ganhado força no contexto Brasileiro especialmente após a pandemia. Com a sua relevância social no campo cultural, também é essencial pensar no contexto econômico no qual está inserida, e como isso afeta sua execução. Através da psicologia sócio-histórica uma revisão bibliográfica foi realizada em busca de compreender os impactos desses contextos na produção e atuação da psicologia no Brasil. Ao longo do trabalho será realizada uma contextualização histórica que visa entender o lugar ocupado pela Psicologia no Brasil, desde seu surgimento até a atualidade, ao relacionar o desenvolvimento histórico com as práticas mais recentes será possível compreender o lugar ocupado pela atuação de psicólogos no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia sócio-histórica; Psicologia no Brasil; Psicologia crítica; História da psicologia.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Laura Bonfiglioli Menezes

**REVISÃO SÓCIO-HISTÓRICA SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICOLOGUES
NO BRASIL**

SÃO PAULO

2025

Laura Bonfiglioli Menezes

**REVISÃO SÓCIO-HISTÓRICA SOBRE A ATUAÇÃO DE PSICOLOGUES NO
BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso

de Psicologia, sob orientação da Prof.
Denise Ramos.

SÃO PAULO

2025

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com a construção deste trabalho, expresso minha gratidão, especificamente:

Meus pais Luciana Bonfiglioli e Antonio Menezes que sempre apoiaram meu desejo pelo estudo de psicologia e por possibilitarem que estudasse em uma das maiores instituições na área. Meus irmãos Luiz Menezes e especialmente Marco Bonfiglioli que prontamente se disponibilizou para auxiliar com a finalização deste trabalho, possibilitando sua conclusão.

Ao professor Amilcar Fonseca que me orientou durante a disciplina de projeto de pesquisa e foi responsável por trazer para a prática um tema que sempre me despertou curiosidade, o lugar ocupado pela atuação dos psicólogos. Agradeço também a professora Sandra Sanchez que foi responsável por aprofundar e direcionar meu trabalho ao longo da disciplina de TCC I.

A professora Denise Ramos que foi essencial nos momentos finais e mais desafiadores, contribuiu imensuravelmente com a conclusão do seguinte trabalho.

A todos os meus amigos e colegas que me apoiaram e ajudaram ao longo de todo o processo, especialmente, Julia Nicolau, Rafael Gardin e Malika Kfourri, sem vocês este trabalho não existiria.

RESUMO

A Psicologia tem ganhado força no contexto Brasileiro especialmente após a pandemia. Com a sua relevância social no campo cultural, também é essencial pensar no contexto econômico no qual está inserida, e como isso afeta sua execução. Através da psicologia sócio-histórica uma revisão bibliográfica foi realizada em busca de compreender os impactos desses contextos na produção e atuação da psicologia no Brasil. Ao longo do trabalho será realizada uma contextualização histórica que visa entender o lugar ocupado pela Psicologia no Brasil, desde seu surgimento até a atualidade, ao relacionar o desenvolvimento histórico com as práticas mais recentes será possível compreender o lugar ocupado pela atuação de psicólogos no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia sócio-histórica; Psicologia no Brasil; Psicologia crítica; História da psicologia.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA ESCOLHIDO	5
OBJETIVOS	6
MÉTODO	7
INTRODUÇÃO	8
A PSICOLOGIA ANTES DA PROFISSIONALIZAÇÃO	11
A PSICOLOGIA APÓS A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	17
A PSICOLOGIA E O COMPROMISSO SOCIAL.....	21
DISCUSSÃO	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA ESCOLHIDO

Ao longo de todo o percurso da graduação existiu uma questão que me acompanhou: entender o lugar que nós, psicólogos, ocupamos e quem são as pessoas que dispõem de nossos serviços. Conforme os semestres se passaram tornou-se cada vez mais perceptível como somos direcionados para a atuação clínica, onde ofertamos nosso trabalho a custos pouco acessíveis para a maior parte da população brasileira, fazendo com que as contribuições da psicologia fiquem reservadas somente àqueles que possuem condições financeiras de sustentar a remuneração desejada pelo psicólogo. A partir desta questão pretendo realizar uma contextualização histórica da Psicologia no Brasil, e como seu conformismo em relação ao capitalismo foi e ainda é presente na atuação dos psicólogos brasileiros. Para isso construirei uma visão superficial desta atuação na introdução seguida por aprofundamentos e reflexões acerca do trabalho realizado por nós, psicólogos.

OBJETIVOS

Objetivo geral

A pesquisa produzida visa contextualizar historicamente a trajetória da Psicologia dentro do Brasil. A partir dos dados levantados, buscou-se identificar as implicações históricas da atuação dos psicólogos brasileiros, sob a perspectiva da Psicologia sócio-histórica.

Objetivo específico

Por meio da contextualização histórica e da Psicologia sócio-histórica, a pesquisa busca compreender as implicações históricas envolvidas na atuação atual da psicologia, especificamente como as pessoas psicólogas atuam na manutenção do sistema vigente, sempre priorizando os desejos da classe dominante.

MÉTODO

O método utilizado nesta pesquisa foi de revisão bibliográfica. Para isso, foram realizadas pesquisas nas plataformas "Google Acadêmico" (Google Scholar) e "Brasil Scientific Electronic Library Online" (SciELO). Na busca dos artigos e livros relacionados ao tema, foram utilizadas as palavras-chave: "Psicologia"; "Capitalismo"; "Psicologia Social"; "Psicologia crítica"; "Psicologia sócio-histórica".

Todos os artigos científicos utilizados neste trabalho estarão presentes no tópico "Referências" ao final deste documento. Em especial, cito os livros utilizados em conjunto, que auxiliaram na delimitação e conclusão desse projeto: "Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia", publicado pela Editora Cortez, em 2017 e "Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil" de Oswaldo H. Yamamoto e Ana Ludmila F. Costa (Organizadores), 2010.

INTRODUÇÃO

Os saberes psicológicos permeiam o cenário brasileiro desde o período colonial, mesmo que a regularização da profissão através da legislação só tenha acontecido em 1962. Ao considerar esse período anterior ao estabelecimento da profissão podemos considerar a Psicologia como centenária. (FURTADO, 2012).

Se considerarmos o conhecimento como o resultado das interações sociais e históricas entre os indivíduos (moldadas por conflitos de interesse típicos das sociedades divididas em classes), entender a Psicologia dentro de sua dimensão histórica exige reconhecer e analisar as contradições presentes em sua construção ao longo do tempo. (ANTUNES, 2012)

A Psicologia no Brasil pode ser compreendida como o resultado de um processo histórico e social, consequência de diversas influências e determinações. Sua construção está ligada a visões específicas de ser humano e de sociedade, refletindo interesses de classe, o que a torna marcada por contradições. É justamente

o conflito entre esses elementos opostos que causa transformação e abre caminho para o enfrentamento dessas contradições. (ANTUNES, 2012)

O atraso na regulamentação das profissões de nível universitário no Brasil está intrinsecamente ligado às condições impostas pelo domínio colonial português. Apenas os filhos da elite colonizadora e os mais ricos tinham acesso a estudos superiores, e, ainda assim, fora do país, como em Portugal ou em outras nações europeias. Esse cenário só começou a se transformar de maneira significativa e rápida com a chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808. (FURTADO, 2012)

Ao longo do século XIX o Brasil mantinha sua sociedade embasada na divisão social do trabalho e se direcionava para a especialização do conhecimento. Esse cenário, em conjunto com as questões internas do país e as ideias europeias que se tornaram acessíveis, contribuíram para o crescimento da produção de saberes psicológicos. (ANTUNES, 2012)

Citar os acontecimentos históricos que influenciaram o nascimento e a evolução das profissões universitárias no Brasil não tem como objetivo um interesse superficial nem uma visão excessivamente direcionada para o passado, mas sim destacar que essas profissões possuem raízes predominantemente elitistas. Elas se desenvolveram em um momento no qual essa elite se mostrava frágil e fortemente dependente de sua origem portuguesa e europeia. (FURTADO, 2012)

O período que abrange do final do século XIX até o início da década de 1930 deve ser entendido como um processo gradual de formação, no qual ideias e práticas relacionadas à Psicologia surgem num primeiro momento dentro de outras disciplinas. Com o passar do tempo, essas contribuições vão se fortalecendo até formarem um campo autônomo, a Psicologia, nos moldes do que já acontecia na Europa e nos EUA. Antes disso podemos considerar a existência de saberes psicológicos, mas não de uma Psicologia estruturada. (ANTUNES, 2012)

A elite brasileira, buscando uma posição que a aproximasse da aristocracia europeia, evitava qualquer ligação com atividades relacionadas ao trabalho cotidiano. Nesse cenário, as profissões que exigiam formação universitária passaram a ser

denominadas, no Brasil, simplesmente como "profissões" e, posteriormente, como "profissões liberais". Já aquelas que não dependem do ensino superior e eram aprendidas na prática passaram a ser classificadas como "ocupações". (FURTADO, 2012)

Existe a meta de distanciar o Brasil da fase agrária e do atraso econômico e caminhar em direção à industrialização. A busca pela mudança mostra a necessidade de construção de um novo conceito de homem, e para isso a educação desempenharia papel fundamental nessa constituição. Dentro deste contexto o escolanovismo se destacou como o meio que possibilitaria a constituição deste novo homem, a Psicologia trabalharia em conjunto com a Pedagogia neste processo. Com isso se criavam condições para que a área psicológica passasse a ser enxergada como ciência autônoma, independente agora de outras disciplinas. (ANTUNES, 2012).

A despeito de todo o rigor histórico presente nas publicações sobre a presença da Psicologia no Brasil e de alentada discussão sobre o que seria seu momento inicial, vamos considerar que o desenvolvimento da área como ciência e profissão deve muito à organização do campo universitário. Ainda que o desenvolvimento das universidades tenha acontecido de maneira tardia, foi possível que nossas instituições se utilizassem dos materiais mais avançados disponíveis, que já vinham sendo trabalhados nas universidades dos Estados Unidos e do continente europeu. (FURTADO, 2012)

Dessa forma, ao final dos anos 1950, já se estabelecia uma base crítica consolidada capaz de reivindicar a regulamentação da profissão de psicólogo. O reconhecimento e a valorização das profissões estão ligados à relevância social, de suas funções e saberes, e foi exatamente esse o caminho percorrido pela Psicologia. Quando sua regulamentação ocorreu, em 1962, ela já se configura como uma profissão com relevância social consolidada. (FURTADO, 2012)

Outro ponto a ser examinado sobre a regulamentação é que, além da vulnerabilidade da profissão naquele momento, existia também a fragilidade das instituições brasileiras. Naquele período, o país não se destacava como um centro de

relevância global que explicitasse a necessidade de garantias institucionais para a regularização das profissões. (FURTADO, 2012)

Foi nesse contexto que a Psicologia atingiu um crescimento sem precedentes, expandindo gradualmente suas áreas de atuação e procurando soluções para questões sociais. Num primeiro momento, esse movimento ocorreu dentro dos campos tradicionais (como a educação, o trabalho e a clínica), mas, com o tempo, novas formas de atuação a serem desenvolvidas e executadas, como a Psicologia comunitária, ou hospitalar (que mais tarde se amplia para a área da saúde) e a jurídica, entre outras. Essas novas abordagens se solidificaram e passaram a responder tanto a demandas anteriormente ignoradas quanto a novos desafios causados por problemas sociais emergentes. (ANTUNES, 2012)

A PSICOLOGIA ANTES DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Dentro do período colonial brasileiro as ideias psicológicas já se mostravam presentes, é importante compreender que esse período no Brasil está associado à expansão comercial europeia, que foi uma das condições necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Especificamente, o Brasil, enquanto colônia sob o controle dos portugueses, foi estabelecido como uma colônia de exploração. A exploração das riquezas era baseada no monopólio exercido pela metrópole, que determinava o que e como deveria ser produzido, além de estabelecer como os produtos seriam apropriados. A enorme riqueza gerada pelo trabalho escravo na agricultura e na mineração proporcionou às classes dominantes das metrópoles uma vida de luxo e abundância. (ANTUNES, 2012)

Durante o período de colonização do Brasil, predominou o contexto de exploração, o que resultou na necessidade de estabelecer um aparato repressivo robusto. As ideias psicológicas produzidas nesse período, seja por representantes da

igreja ou intelectuais alinhados ao sistema português, refletiram a ênfase no controle. Encontramos produções que buscavam aumentar o controle sobre as mulheres, as crianças e os indígenas. Essas perspectivas visavam reforçar a subordinação e a dominação desses grupos, restringindo sua autonomia e liberdade. (BOCK, 2004)

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, ocorreram significativas mudanças sociais em uma cidade que enfrentava aglomerações e condições precárias de vida. Esse contexto propiciou a proliferação de doenças infecciosas, levando à emergência de campanhas de higienização da sociedade como uma medida importante. Nesse momento, o conhecimento médico teve um grande desenvolvimento, guiado pelas ideias de higienização e saneamento físico e moral da sociedade. Os aspectos psicológicos começaram a ser abordados nas produções médicas, especialmente para caracterizar as chamadas "doenças da moral", associadas a prostitutas, pessoas pobres e indivíduos considerados pela sociedade como loucos. (BOCK, 1999)

Após o fim do período colonial, o Brasil passou por importantes mudanças econômicas, políticas e sociais a partir do início do século XIX. Essas transformações foram impulsionadas pela presença da Corte no Rio de Janeiro e, posteriormente, pela conquista da independência em relação à coroa portuguesa, resultando no estabelecimento do regime imperial. Essa nova condição exigiu a formação de profissionais para os setores de repressão e administração, com um foco maior na educação e no ensino. (ANTUNES, 2012)

Durante o século XIX, as ideias de saneamento e higienização das cidades ganharam força, sendo que a higienização era concebida tanto em termos materiais quanto morais. O objetivo era alcançar uma sociedade livre de desordem e comportamentos desviantes. Nesse contexto, as ideias psicológicas desempenharam um papel importante no trabalho educacional e na promoção da higienização moral. A psicologia contribuiu para compreender e intervir nas questões relacionadas à educação e à formação moral dos indivíduos, visando à construção de uma sociedade mais ordenada e virtuosa. (BOCK, 2004)

É perceptível que, mesmo após deixar a condição colonial, o Brasil ainda enfrentava problemas profundos e graves em diversas áreas, especialmente no âmbito social. Ao mesmo tempo, o Brasil, agora considerado formalmente como uma

nação autônoma, passou a ter maior facilidade de contato com outros países, o que permitiu a influência de ideias em circulação na Europa, principalmente na França, que era um importante centro intelectual da época. Portanto, o desenvolvimento do pensamento psicológico no Brasil durante o século XIX deve ser compreendido também a partir dos intercâmbios intelectuais com nações estrangeiras. (ANTUNES, 2012)

Nesse contexto, as transformações ocorridas na Europa devido ao avanço do modo de produção capitalista geraram desafios e demandas que precisavam ser abordadas. Era necessário adquirir conhecimentos efetivos para melhor compreender esses problemas e intervir sobre eles, especialmente no que diz respeito ao comportamento humano. Vale ressaltar que a ideologia burguesa fundamentava a sociedade na propriedade privada, o que exigia uma compreensão do ser humano dentro dessa perspectiva. Além disso, as condições de exploração da classe trabalhadora precisavam ser justificadas e legitimadas em uma sociedade que afirmava a igualdade de direitos e mobilidade social, encontrando nas diferenças individuais a explicação para a desigualdade e exploração entre classes. É importante lembrar também que uma sociedade baseada na divisão do trabalho e no progresso técnico estava caminhando para a especialização do conhecimento. Assim, estavam presentes as condições para que a Psicologia se estabelecesse como uma área específica de conhecimento, adquirindo o status de uma ciência autônoma. (ANTUNES, 2012)

Na Primeira República, última década do século XIX, a Psicologia começa a se separar como área. Na primeira metade do século XX, luta-se pela modernização da sociedade brasileira. Havia um enorme interesse em sair da produção agrária e ingressar na modernidade através do crescimento da industrialização. Estávamos lutando por uma nova sociedade que precisava, para poder se desenvolver a contento, de um homem novo. A defesa da educação, da difusão do ensino, das ideias escolanovistas (uma educação democrática, universal, laica e acessível), vão embasar as produções da época. A Psicologia vem, então, dar fundamentos e elementos para o desenvolvimento destas novas ideias educacionais. (BOCK, 1999)

Nesse mesmo período, a educação ganhou uma grande credibilidade e foi reconhecida como a responsável pelo desenvolvimento da sociedade. A relação entre

Pedagogia e estudos psicológicos foi fortemente fortalecida. A Psicologia permitia que a educação fosse fundamentada em bases científicas, possibilitando uma abordagem mais objetiva e sistemática. Na década de 30, os ideais escolanovistas intensificaram ainda mais essa relação. (BOCK, 1999)

No contexto da Primeira República, o Brasil era dominado politicamente e economicamente pelos interesses dos produtores de café. Movimentos sociais surgiram tanto nas camadas populares quanto nas camadas médias, expressando o descontentamento e a demanda por transformações na ordem social. Apesar da repressão intensa enfrentada pelos movimentos populares, ideias como o anarquismo, o anarco sindicalismo e o socialismo conseguiram se infiltrar, assim como a formação de um movimento significativo organizado pelas classes trabalhadoras, tanto rurais quanto urbanas. No entanto, no contexto do desenvolvimento da Psicologia, foram os movimentos dos setores intelectuais, em especial das camadas médias, que criaram uma base sólida para o gradual estabelecimento da Psicologia como um campo específico de conhecimento. Essa base era essencial para as intervenções sociais articuladas aos projetos da Psicologia. (ANTUNES, 2012)

É crucial entender a quem essas demandas e respostas buscadas na Psicologia estavam servindo. No confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses agrários, o ideário liberal tornou-se a base teórica mais importante para intelectuais e outros membros das camadas médias que estavam insatisfeitos com sua exclusão do poder e dos benefícios associados a ele. Foi nessa condição e em conexão com esses interesses que a Psicologia encontrou espaço para se desenvolver. Em outras palavras, pode-se dizer que a Psicologia que surgiu no Brasil estava alinhada a esses interesses e a um projeto específico de modernização do país. (ANTUNES, 2012)

Os movimentos que surgiram nas primeiras décadas do século XX culminaram no golpe de outubro de 1930 (movimento que derrubou o presidente Washington Luís e impôs a posse de Júlio Prestes), marcando uma série de transformações nos âmbitos econômico, político e social. A política econômica, alinhada aos interesses dos setores agrários, especialmente ligados à produção e exportação de café, provocou um amplo descontentamento na sociedade brasileira, resultando na mencionada Revolução de 30. Esse movimento, que obteve êxito, excluiu em certa

medida as camadas populares, pois foi liderado por representantes das camadas médias, como intelectuais e militares, e por setores da classe dominante, incluindo a emergente burguesia industrial, muitos dos quais haviam acumulado capital por meio da produção de café. (ANTUNES, 2012)

Com o advento da industrialização no Brasil, surgiram novas demandas para a psicologia, que, por meio da aplicação de seus conhecimentos na área educacional, desempenhou um papel crucial. A psicologia pôde contribuir de forma significativa com um conhecimento que permitia a classificação das pessoas, facilitando a formação de grupos mais homogêneos nas escolas e a seleção de trabalhadores adequados para as empresas. (BOCK, 2004)

A implementação do processo de industrialização no Brasil implicou na construção de uma sociedade fundamentada em novas relações sociais de produção que demandava novos conhecimentos e práticas, e a educação se tornou um dos instrumentos essenciais para moldar o novo trabalhador, adaptado às necessidades do processo industrial. A Psicologia desempenhou um papel fundamental nesse contexto, tornando-se um dos principais fundamentos científicos para essa conformação. Esse momento histórico, devido às suas demandas específicas, proporcionou um terreno fértil para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil e para a consolidação de sua prática. (ANTUNES, 2012)

É importante ressaltar que várias instâncias governamentais encontraram na Psicologia uma base científica para a intervenção social, com um foco especial nas questões relacionadas ao trabalho e à sua racionalização. Esses fatores foram determinantes no processo de consolidação da Psicologia no Brasil, que, por sua vez, criou as condições necessárias para o reconhecimento da profissão de psicólogo em 1962. Em outras palavras, foi nesse período que a Psicologia, em resposta às demandas impostas pelo modelo desenvolvimentista econômico e à política estatal de intervenção no processo produtivo, estabeleceu-se como uma ciência reconhecida, consolidando-se nas diversas áreas de atuação prática. (ANTUNES, 2012)

Após a aprovação da Lei 4119 em 1962, a Psicologia foi oficialmente estabelecida como profissão no Brasil. Esse marco foi seguido por um aumento significativo no número de cursos de Psicologia em todo o país, assim como o

surgimento de associações profissionais e científicas e a criação de diversos campos de trabalho. (BOCK, 1999)

Nessa época, a Psicologia experimentou um rápido crescimento, impulsionado principalmente pelas demandas de uma sociedade em processo de industrialização, cujas contradições exigiam ações que encontravam na ciência psicológica um poderoso suporte científico e técnico. Esse desenvolvimento fortaleceu e consolidou a Psicologia como ciência e profissão, medida pela sua capacidade de atender às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social liderado pela emergente burguesia industrial, que via na modernização a base para o sucesso de seus negócios e da sociedade como um todo. (ANTUNES, 2012)

Após a regulamentação da profissão de psicólogo, ocorreu um golpe militar que estabeleceu uma ditadura que perdurou até os anos 80. Esse período foi marcado pela proliferação de instituições privadas de ensino superior, algumas das quais surgiram em condições acadêmicas precárias. Essas instituições buscavam oferecer cursos de baixo custo e alta rentabilidade, sem necessariamente garantir uma formação adequada aos alunos. Muitas delas tinham um caráter predominantemente mercantilista, visando principalmente o lucro. Durante os anos 70, houve um aumento significativo na demanda por ensino superior, incluindo um interesse crescente pela Psicologia, o que levou à criação de diversos cursos particulares nessa área. (ANTUNES, 2012)

Durante esse período, o campo da clínica psicológica teve um crescimento significativo, principalmente por atrair um maior número de estudantes e se tornar um foco privilegiado nos currículos acadêmicos. No entanto, essa expansão não garantiu aos psicólogos meios adequados de subsistência, devido à demanda limitada e à alta concorrência no mercado de trabalho. (ANTUNES, 2012)

No final da década de 70, devido às grandes greves operárias e à mobilização da classe média, houve um fortalecimento das organizações e entidades representativas. Em 1979, os psicólogos, inicialmente em São Paulo e posteriormente em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília, Ceará e Paraná, ocuparam ou criaram seus Sindicatos. Em seguida, os Conselhos Profissionais também foram influenciados por grupos mais progressistas, que buscavam orientar a atuação da Psicologia em benefício da população brasileira.

Essa era uma iniciativa para tornar a Psicologia um instrumento a serviço do povo. (BOCK, 1999)

É possível notar, dessa maneira, que esse período foi caracterizado por uma série de contradições na área da Psicologia, refletindo o contexto social vivido pelo Brasil como um todo. (ANTUNES, 2012)

Na década de 80, os psicólogos enfrentam novos desafios diante da abertura gradual de vagas no setor público de saúde. Essa oportunidade, ainda que limitada, exigiu dos psicólogos e suas entidades uma reinvenção para atender às necessidades dessa nova população com a qual não estavam acostumados a trabalhar. Essa situação fortaleceu as entidades representativas dos psicólogos. Durante essa década, houve uma efervescência na área, com a criação da Federação Nacional dos Psicólogos a partir da união dos Sindicatos e um fortalecimento dos Conselhos Profissionais, que passaram a produzir materiais escritos sobre a profissão e a organizar congressos. (BOCK, 1999)

Essa breve retrospectiva evidencia o envolvimento da Psicologia com os interesses das elites brasileiras. Ao se expandir para camadas de baixo poder aquisitivo, seja no contexto empresarial, educacional ou de saúde, a profissão continuou a servir como instrumento de controle, higienização, discriminação e categorização, visando aprimorar a produtividade e o lucro. Essas práticas buscavam beneficiar exclusivamente as condições de vida das elites brasileiras, que historicamente conduziram a política do país em prol de seus próprios interesses. (BOCK, 2004)

A PSICOLOGIA APÓS A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

O conceito de profissionalização constitui a base para os três estágios nos quais a história da profissão de psicólogo no Brasil foi dividida. O primeiro período abrange desde a criação das faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia,

em 1833, até o final do século XIX (1890). Nesse intervalo, não havia uma organização ou institucionalização sistemática do conhecimento psicológico, e a psicologia não era uma prática claramente definida ou regulamentada. O mercado de trabalho era incipiente, e não se identificavam associações profissionais ou de pesquisa. Existiam, contudo, indivíduos interessados em temas e questões psicológicas. Durante o século XIX, não existia, portanto, a profissão de psicólogo no Brasil, razão pela qual esse período foi denominado como pré-profissional. (PEREIRA E PEREIRA NETO, 2003)

O segundo período, caracterizado pela profissionalização, ocorreu entre 1890/1906 e 1975, marcando desde o início da institucionalização da prática psicológica até a regulamentação da profissão e o estabelecimento de seus dispositivos formais. Marcos notáveis desse intervalo incluem a Reforma Benjamin Constant (1890), o estabelecimento de laboratórios de psicologia experimental na educação (1906) e a formulação do código de ética (1975). A partir desse ponto, a psicologia adquire um conhecimento próprio, devidamente institucionalizado e reconhecido, consolidando-se como uma profissão com um mercado de trabalho específico, embora compartilhado com a medicina e a educação. (PEREIRA E PEREIRA NETO, 2003)

Em 1890, a reforma Benjamin Constant incorporou conceitos de Psicologia ao currículo da disciplina de Pedagogia nas escolas normais. Até 1910, a Psicologia era ministrada, junto com a lógica, nos seminários, colégios e nos cursos "anexos" das Faculdades de Direito que incluíam essa disciplina em seus exames vestibulares. Posteriormente, as Faculdades de Medicina seguiram o mesmo padrão. (SOARES, 2010)

O advento do processo de industrialização, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, proporcionou um novo cenário no mercado de trabalho para a psicologia. A mentalidade dominante na administração do trabalho enfatizava a necessidade de ajustar os funcionários para a execução eficiente de tarefas. Consequentemente, a procura por profissionais qualificados na área de classificação, seleção e recrutamento de pessoal aumentou, dada a exigência por mão de obra especializada nessas funções. (PEREIRA E PEREIRA NETO, 2003)

O terceiro período teve seu início em 1975, marcando a fase em que a profissão de psicólogo se encontrava organizada e consolidada. A partir desse ponto, a

profissão experimentou significativas transformações socioeconômicas. A proliferação de faculdades de psicologia, que introduziu um número crescente de profissionais no mercado, contribuiu para a depreciação do valor da mão-de-obra. O consultório particular deixou de desempenhar o papel proeminente que ocupava anteriormente, e novos cenários de atuação profissional começaram a surgir. Além disso, novos desafios e disputas interprofissionais passaram a predominar na cena. (PEREIRA E PEREIRA NETO, 2003)

A valorização e o prestígio das profissões estão intrinsecamente ligados à necessidade social de suas funções e conhecimentos, o que também se aplica à Psicologia. No momento de sua regulamentação em 1962, a Psicologia já havia alcançado o status de profissão. (FURTADO, 2012)

Em um intervalo inferior a dois anos após a regulamentação da profissão de psicólogo, um golpe militar estabelece uma ditadura que se estendeu até os anos 80. (ANTUNES, 2012)

Outro ponto a considerar acerca da regulamentação é que, além da vulnerabilidade da profissão naquele contexto, a institucionalidade brasileira era frágil. Naquela época, o país não detinha uma posição global de destaque que tornasse necessárias garantias institucionais para a regulamentação de profissões. (FURTADO, 2012)

Nesse período de exceção, marcado por diversos contratemplos e retrocessos, foi promulgada a Lei nº 5540, também conhecida como Reforma Universitária de 1968. Essa legislação, aprovada sem considerar a opinião dos grupos diretamente envolvidos na questão da expansão de vagas no ensino superior, facilitou a entrada do setor privado no ensino superior e implementou medidas para reprimir e deter os movimentos estudantis e docentes, que representavam, naquela conjuntura, um dos movimentos de oposição mais organizados ao regime militar. (ANTUNES, 2012)

Na década de 1970, observa-se um substancial aumento no número de profissionais graduados em psicologia. Esse aumento é atribuído à expansão de cursos universitários privados, bem como ao crescimento da demanda da população por serviços psicológicos. A psicologia e a psicanálise tornaram-se parte integrante do cotidiano das pessoas por meio de manuais de comportamento, revistas,

programas de televisão e livros sobre sexualidade. Deitar-se no divã passou a ser considerado um símbolo de status social, sendo adotado por muitas pessoas pertencentes às classes média e alta. (PEREIRA, NETO, 2003)

Nesse período, surgiram diversos cursos de Psicologia que, visando assegurar lucratividade, diminuíram a quantidade de disciplinas se restringindo ao currículo mínimo. Os professores eram remunerados de forma precária, e as salas de aula tinham um elevado número de alunos. (ANTUNES, 2012)

De acordo com a sociologia das profissões, os psicólogos careciam de uma organização em conselhos profissionais e da elaboração de um código de ética. Em 1971, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Psicologia em São Paulo. Esse evento foi significativo não apenas por ser um dos primeiros após a regulamentação da profissão, mas também porque contou com a presença de diversas associações de psicologia. Durante o encontro, foi defendida a necessidade de criar o Conselho Federal de Psicologia. (PEREIRA, NETO, 2003)

É importante observar que a quantidade de psicólogos formados era consideravelmente superior à demanda do mercado de trabalho, resultando em uma diminuição significativa das oportunidades de atuação para os psicólogos em comparação com o período que precedeu a regulamentação da profissão. (ANTUNES, 2012)

A área clínica expandiu-se notavelmente, principalmente devido à atração de um maior número de estudantes, tornando-se uma prioridade nos currículos. No entanto, isso não assegurou aos psicólogos meios adequados de subsistência, dada a demanda limitada e a presença significativa de profissionais no campo. Uma situação semelhante ocorreu no âmbito do trabalho, que restringiu o acesso dos psicólogos em comparação com o período anterior, muitas vezes relegando o profissional à simples função de aplicador de testes em processos de seleção de pessoal. Críticas foram dirigidas à natureza elitista e restritiva da Psicologia clínica, além do comprometimento da Psicologia do trabalho, que, em muitos casos, favorece mais os interesses do capital do que os dos trabalhadores. (ANTUNES, 2012)

A prevalência da psicoterapia praticada por psicólogos em consultórios privados evidenciava o interesse na psicologia clínica e na idealização do atendimento

em consultório particular. Nesse contexto, o psicólogo desfrutava da liberdade para estabelecer o valor, as condições e a duração de seu trabalho. (PEREIRA, NETO, 2003)

Dessa forma, nota-se que esse intervalo representou um terreno fértil de contradições na Psicologia, refletindo o contexto vivenciado pela sociedade brasileira como um todo. Sob a imposição de uma ditadura militar, o país enfrentava um estado de exceção, originando formas de resistência que se manifestavam por meio de uma crescente luta pela democratização. (ANTUNES,2012)

Assim, é possível afirmar que, no Brasil, a Psicologia experimentou mudanças substanciais durante o período subsequente à regulamentação da profissão. Superou as limitações teóricas, enfrentou a escassez de oportunidades de trabalho, lidou com a precariedade na formação de um grande contingente de graduandos, enfrentou restrições nos campos de atuação e desvinculou-se do comprometimento exclusivo com interesses dominantes. Através de uma crítica construtiva que visava superar tanto suas teorias quanto suas práticas convencionais, a Psicologia buscou se envolver mais profundamente com os interesses e necessidades da maioria da população, elevando-se a um novo patamar de produção e promovendo um salto qualitativo em sua atuação profissional. (ANTUNES, 2012)

A PSICOLOGIA E O COMPROMISSO SOCIAL

A partir do final da década de 1970 e, principalmente, a partir de meados da década seguinte, observou-se um aumento significativo da participação política da categoria dos psicólogos, tanto através da criação ou da ocupação de sindicatos por segmentos mais ativos da profissão em vários estados, quanto através de uma maior expressão na esfera política. (YAMAMOTO, 2006)

O engajamento dos psicólogos durante os anos 80 foi de suma importância no movimento pela saúde, participando ativamente na luta contra o modelo manicomial e contribuindo nas Conferências Nacionais de Saúde. Essas ações acabaram

estabelecendo certas condições que ampliaram a presença da categoria no campo do bem-estar social público. (YAMAMOTO, 2006)

O papel do psicólogo deve ser direcionado para a transformação social e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Ressalto a palavra "direcionado", pois o que importa aqui é a finalidade do trabalho. Estamos tratando do compromisso, ou seja, de uma perspectiva ética. Portanto, o que conta é a intenção. A finalidade do trabalho. (BOCK, 1999)

Existe um fenômeno conhecido como elitismo na psicologia, que se refere à clara preferência dos psicólogos pela prática clínica associada a um modelo profissional liberal, influenciado pelo paradigma das profissões médicas, já amplamente dominante, parece estar influenciando de forma significativa a configuração da profissão. Isso tende a afastar os psicólogos dos setores de bem-estar e do serviço público, onde o potencial de alcance do atendimento psicológico seria muito maior. (YAMAMOTO, 2006)

As técnicas psicológicas sempre foram desenvolvidas e aplicadas principalmente para uma camada social mais intelectualizada e verbalmente articulada. No entanto, a maioria da população brasileira não está habituada nem possui facilidade para utilizar essas técnicas que costumamos empregar. É necessário inovar, levando em conta as características da população que será atendida. Nossa formação tecnicista nos ensinou a aplicar métodos prontos. Precisamos nos capacitar para criar novas abordagens em Psicologia, adaptando nossos conhecimentos às demandas e realidades que encontramos. (BOCK, 1999)

O psicólogo não deve mais enxergar sua intervenção de forma limitada, tratando-a apenas como um trabalho voltado para um indivíduo isolado, sem considerar a realidade social que ele constroi e pela qual é construído. É essencial entender qualquer intervenção, mesmo no nível individual, como uma intervenção social e, assim, politicamente posicionada. Devemos abandonar a ideia de que o mundo psicológico está desconectado do mundo social, e de que o sofrimento psíquico não está relacionado às condições objetivas de vida. Os psicólogos precisam reconhecer que, ao praticar e estudar Psicologia, sua prática e conhecimento influenciam a sociedade. (BOCK, 1999)

O compromisso com uma abordagem democrática na administração das organizações de Psicologia permitiu aos profissionais do campo vivenciarem experiências cruciais para se tornarem sujeitos democráticos, um exercício fundamental para que, por meio de suas ações, pudessem disseminar esses efeitos, estabelecendo métodos e práticas alinhados com a democracia, proporcionando a muitos outros a oportunidade de também se tornarem sujeitos democráticos. No entanto, novos desafios surgem. Ao examinar como os sujeitos democráticos são formados, podemos identificar as necessidades urgentes deste momento. Os últimos anos da história do Brasil, marcados pelo agravamento das desigualdades sociais e violações de direitos, demonstram que a democracia não está assegurada. (BOCK, AMARAL, ROSA, FERREIRA, GONÇALVES, 2022)

Manifestações diárias de racismo, sexismo, intolerância religiosa, desrespeito à orientação sexual e identidade de gênero, bem como a aceitação da pobreza e da fome como algo natural, evidenciam a ausência de uma visão democrática nas interações sociais. Pelo contrário, observa-se um aumento no espaço para manifestações autoritárias e reacionárias. (BOCK, AMARAL, ROSA, FERREIRA, GONÇALVES, 2022)

Para atuar no campo do bem-estar social a Psicologia se envolve diretamente com as consequências das questões sociais, que são abordadas através de políticas estatais fragmentadas e parciais, cujas prioridades são moldadas pelas circunstâncias históricas específicas. Isso determinará tanto a importância quanto as restrições possíveis da intervenção do psicólogo. (YAMAMOTO, 2006)

As prioridades no âmbito social são estabelecidas através de políticas setoriais. É importante lembrar que a política é essencialmente um conflito, especialmente nas sociedades capitalistas, onde ocorre a oposição entre os interesses de acumulação e as necessidades dos cidadãos. As políticas sociais, inseridas no processo estatal de alocação e distribuição de recursos, estão no cerne desse embate entre os interesses de diferentes classes sociais. (YAMAMOTO, 2006)

Assumir um compromisso social em nossa profissão significa direcionar-se para uma intervenção crítica e transformadora das condições de vida. É estar empenhado em criticar a realidade a partir da perspectiva de nossa ciência e profissão. Isso envolve romper com 500 anos de desigualdade social na história

brasileira e desafiar um conhecimento que esconde essa desigualdade por trás de conceitos e teorias que neutralizam a realidade social. Assumir um compromisso social em nossa prática significa acreditar que só é possível falar do ser humano ao abordar as condições de vida que o influenciam. (BOCK, 1999)

É essencial que a Psicologia mantenha seu compromisso com a formação de sujeitos democráticos. A história da profissão destaca a necessidade de preservar, expandir e aprimorar essa formação. Isso implica em adotar e aprofundar o método democrático na administração das organizações, bem como nas práticas e intervenções profissionais. (BOCK, AMARAL, ROSA, FERREIRA, GONÇALVES, 2022)

DISCUSSÃO

A trajetória da Psicologia no Brasil explicita que sua formação como campo de saber e prática profissional esteve, desde o início, sujeita aos interesses das elites econômicas e políticas. Mesmo durante o período colonial, quando ainda não existia uma Psicologia científica propriamente dita, já se percebiam práticas e discursos voltados ao controle e à repressão de grupos considerados subordinados (como mulheres, crianças, indígenas e pessoas escravizadas). A partir disso, se torna perceptível que as ideias psicológicas eram utilizadas como ferramentas para reforçar a dominação e manter a ordem social imposta pela metrópole portuguesa.

A partir da chegada da Corte ao Brasil e as transformações urbanas que seguiram, apareceram discursos sobre higienização física e moral da população, que obtinham respaldo nas produções médicas e nos primeiros esboços de uma Psicologia direcionada para a normatização do comportamento humano. Essa junção entre saúde mental e moralidade contribuiu para a classificação de indivíduos considerados desviantes, o que acarreta na perpetuação de preconceitos de classe, gênero e raça.

Ao longo do século XIX e juntamente ao processo de modernização do país, a Psicologia solidificou sua relação com a educação. A moralização da sociedade era um dos objetivos mais importantes dos projetos pedagógicos da época, e a Psicologia

foi impulsionada para sustentar práticas escolares que buscavam formar sujeitos obedientes, produtivos e adaptados à lógica capitalista crescente. Dessa forma, a Psicologia passou a executar uma função estratégica na disposição de uma nova ordem social, contribuindo para a configuração de identidades que estivessem de acordo com os ideais da burguesia industrial e intelectual que se mostrava em ascensão no país.

Já no século XX, com o fortalecimento da industrialização e o crescimento das demandas por racionalização do trabalho e da educação, a Psicologia se estabeleceu como profissão e ciência autônoma. Esse processo foi institucionalizado com a criação da Lei 4119 de 1962, que regulamentou a profissão no Brasil. Entretanto, esse avanço não aconteceu de forma neutra: a Psicologia priorizou atender aos interesses e demandas das classes dominantes, oferecendo ferramentas para aumentar a produtividade, classificar alunos e selecionar trabalhadores. Ainda que a Psicologia tenha ampliado seu campo de atuação, o caráter normativo e excludente foi mantido, o que reforça a desigualdade social e contribui com a marginalização de grupos já vulneráveis.

Durante a ditadura militar, o aumento de cursos de Psicologia (em especial no setor privado) e o foco no modelo clínico acarretaram em uma formação voltada ao atendimento individualizado, frequentemente elitista. Ao mesmo tempo, o campo da Psicologia do trabalho demonstrava estar mais alinhado aos interesses dos empresários do que com a luta pelos direitos dos trabalhadores. Entretanto, a partir do final dos anos 1970, movimentos progressistas criados dentro da Psicologia questionam esse modelo e tentam direcionar a categoria para um atendimento que valorize o engajamento social. Sindicatos e conselhos idealizam uma Psicologia que sirva o povo e esteja comprometida com a transformação social.

Dessa forma, é demonstrado de forma escancarada que a história da Psicologia no Brasil não é apenas a história do avanço de uma ciência neutra ou universal, mas sim a de um campo estabelecido em íntima concordância com os projetos políticos e econômicos das elites nacionais. Mesmo quando alcança as camadas populares, a Psicologia mantém, majoritariamente, sua função como instrumento de controle e adaptação à ordem vigente. O grande desafio na atualidade é romper com essa lógica histórica para que seja possível a construção de uma

Psicologia comprometida com os direitos humanos, com a justiça social e com os interesses das maiorias historicamente excluídas e vulnerabilizadas dentro de nossa sociedade. Para isso, é de extrema importância um esforço conjunto e contínuo de revisão crítica dentro da formação acadêmica, das práticas profissionais e dos vínculos institucionais que moldam o trabalho das pessoas psicólogas dentro de nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. A. M. . **A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições.** Psicologia: Ciência e Profissão, 32 (num. esp.), 44-65. São Paulo, 2012

ANTUNES, Mitsuko A M. – **A Psicologia no Brasil-** leitura histórica sobre sua constituição- 1ª edição. São Paulo, Enimarco Ed./ EDUC, 1999

BOCK, A. M. B. (2004). **A perspectiva histórica da subjetividade:** uma exigência para a Psicologia atual. Revista de la Unión Latinoamericana de Psicología, 2004.

BOCK, A. M. B. **A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social.** Estudos de Psicologia, 4(2), 315-329. Natal, 1999.

BOCK, A. M. B. **Perspectivas para a formação em psicologia.** Psicologia: Ensino & Formação, 6(2), 114-122. 2015.

BOCK, A. M. B. **Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia.** 6ª Edição, São Paulo: Cortez, 2017.

BOCK, A. M. B., FERREIRA, M. R., GONÇALVES, M. G. M., & FURTADO, O. **Sílvia Lane e o Projeto do "Compromisso Social" da Psicologia.** Psicologia & Sociedade, 19(Edição Especial 2), 46-56. 2007.

FURTADO, Odair. **50 Anos de Psicologia no Brasil: A Construção Social de uma Profissão.** Revista Psicologia Ciência e Profissão, edição de 2012.

MELLO, S. L. **Psicologia e Profissão em São Paulo.** São Paulo: Ática, 1975.

PEREIRA, Fernanda Martins; NETO, André Pereira. **O Psicólogo no Brasil: Notas sobre seu Processo de Profissionalização.** 2003.

YAMAMOTO, O. H., & COSTA, A. L. F. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil.** 2010